



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA EM MATÉRIA CÍVEL

**ATA DA OCTOGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA EM
MATÉRIA CÍVEL**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às 14h30min horas, na sala de reunião da Coordenação da Procuradoria de Justiça em Matéria Cível, localizada no terceiro andar do Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra, situado na Rua do Imperador Dom Pedro Segundo, quatrocentos e setenta e três, bairro de Santo Antônio, nesta capital, reuniram-se os Procuradores de Justiça em Matéria Cível, Itamar Dias Noronha, Theresa Cláudia de Moura Souto, Maria Betânia Silva, Alda Virgínia de Moura, Ana de Fátima Queiroz, Ivan Wilson Porto, Zulene Santana de Lima Norberto, Luciana Marinho Martins Mota e Albuquerque, Geraldo dos Anjos Netto de Mendonça Júnior e a Promotora de Justiça Dra. Daíza Maria de Azevedo Cavalcanti, para realização da **octogésima oitava** reunião sob a presidência do Coordenador, Dr. Itamar Dias Noronha. Iniciada a reunião, Dra. Daíza Cavalcanti sugeriu que seja criado no sistema Arquimedes o registro de dados sobre atuação dos Procuradores de Justiça nas sessões do TJPE, tal como existe no primeiro grau. Ficou também deliberado que seja marcada uma reunião de treinamento para os Procuradores de Justiça utilizarem o sistema Arquimedes. Foi sugerido contato com o servidor Évisson do Setor de Informática. Dr. Ivan comunicou que no período em que esteve no exercício do cargo de Coordenador da Procuradoria Cível se reuniu com o Gerente da Informática e debateu sobre o banco de dados das manifestações dos Procuradores de Justiça e que o projeto continua em andamento, sendo previsto o prazo máximo de dois meses para o seu encerramento. Dra. Zulene Norberto foi aclamada para integrar o Núcleo de Apoio e Pesquisas da Procuradoria Cível. Foi informado que o Coordenador do CENDHEC remeteu ao Ministério Público uma relação de imóveis que são objeto de ações de usucapião e que não se encontram em área desapropriada. Este mapa foi enviado por e-mail para todos os Procuradores Cíveis a fim de, se for o caso, emitirem parecer e remeter ao TJPE. Dr. Ivan Porto comunicou ainda, que no mesmo período de substituição como Coordenador Cível, esteve reunido com a Subprocuradora Dra. Laís Cavalcanti, Dra. Adriana Fontes, o representante do Setor de Engenharia do MPPE e Dr. Renato Silva, quando foi apresentada a

sugestão de que a Procuradoria Cível e a Criminal continuem no terceiro andar do Edifício Roberto Lyra, com a transferência da Corregedoria para o anexo recentemente alugado. Dr. Renato, em princípio, concordava, porém, pediu para verificar o prédio, tendo posteriormente, desistido da mudança. Ficou deliberado, então, que seja feito contato com a Dra. Adriana Fontes para consultá-la sobre a possibilidade de mudança da Procuradoria Criminal para aquele anexo, a fim de aumentar a área da Procuradoria Cível no terceiro andar do edifício sede. Foi relatado por Dr. Ivan Porto, que houve uma reunião com a Escola Superior do Ministério Público sobre a possibilidade de um curso de capacitação dos Procuradores de Justiça e analistas sobre o futuro Código de Processo Civil e a atuação do Ministério Público no Processo Civil, o que foi acolhido por todos. Continuando, Dra. Betânia reiterou a sugestão de audiência pública sobre os critérios usados pelo INSS para suspensão e indeferimento de benefícios de acidente de trabalho, quadros estatísticos, reabilitação profissional, etc. o que foi acolhido por todos, sendo que, foi sugerido convite ao Procurador Chefe do INSS, Chefe dos Peritos, Promotores de Justiça de Acidente do Trabalho da Capital, Juízes das Varas de Acidente do Trabalho de Recife, Representante da Defensoria Pública Estadual e Delegacia Regional do Trabalho. Dra. Betânia sugeriu também, que o Núcleo de Estudos e Pesquisas escolha decisões do STF que tenham repercussão geral e consideradas mais relevantes para a realização de seminários, acrescentou ainda, sugestão de audiência pública sobre medicamentos e Ações Cíveis Públicas com representantes do Judiciário e Secretaria da Saúde. O Coordenador colocou em discussão o item referente à escolha dos Membros desta Procuradoria Cível que terão assento na quarta Câmara de Direito Público no TJPE, dos presentes, somente Dra. Theresa Cláudia afirmou que, caso nenhum outro membro deste Órgão manifeste interesse, ela optará pela atuação perante àquele Órgão julgador. Diante disso, foi decidido consultar os Procuradores de Justiça que estão afastados, no exercício de funções de confiança do Procurador Geral de Justiça, acerca do interesse no exercício naquela Câmara. Por último, Dra. Luciana Marinho sugeriu melhorar a folha de distribuição dos processos, a fim de fazer constar certidão, quando ocorrer substituição de Procurador de Justiça por motivo de afastamentos legais. Como nada mais houve a ser registrado, foi dada por encerrada a presente sessão. Recife, 24 de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.